

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Micheline Krüger Neumann**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA  
DO SÉCULO XXI: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

**Novo Hamburgo, RS  
2018**

**Micheline Krüger Neumann**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO SÉCULO  
XXI: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional a Distância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Orientador: Prof. Dr. Joacir Marques da Costa**

Novo Hamburgo, RS  
2018

**Micheline Krüger Neumann**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO SÉCULO XXI:  
ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional a Distância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Aprovado em 1º de dezembro de 2018:**

---

**Joacir Marques da Costa, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Elisete Medianeira Tomazetti, Dra. (UFSM)**

---

**Sueli Menezes Pereira, Dra. (UFSM)**

Novo Hamburgo, RS  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso através das palavras:

Ao professor Dr. Joacir Marques da Costa, pela orientação durante a realização deste trabalho, pelo suporte, no pouco tempo que coube, pelas preciosas correções e incentivos.

Aos professores e tutores por todas as aulas e aprendizados.

Aos colegas das Escolas de Educação Básica Feevale - Escola de Aplicação e Marista São Marcelino Champagnat – VAMOS JUNTOS. Em especial à colega e amiga Janaína Regra, pelo incentivo e grande ajuda com os livros (cópias físicas) e à Maitê Francine Bohn, pelo auxílio com o abstract.

Ao Fernando Neumann, meu marido, pela dedicação e carinho redobrados com os nossos filhos durante a realização deste trabalho.

Aos meus filhos Bruno e Pedro, pela parceria, pelos momentos de carinho, por seus lindos sorrisos que fazem com que meus dias se tornem mais felizes, com mais paz e alegria de viver – meu amor infinito a vocês.

À Deus, pois é nEle que sempre busco forças nos momentos de perda, desânimo e cansaço.

## RESUMO

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO SÉCULO XXI: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

AUTORA: Micheline Krüger Neumann

ORIENTADOR: Joacir Marques da Costa

A Educação é um tema que sempre foi fonte de debates e embates calorosos. Debates complexos e difíceis, pois na maioria das vezes não se trata somente da certeza da necessidade de mudanças, mas sim de como essas serão ou não implementadas. Este trabalho tem por objetivo principal compreender quais os elementos necessários para se pensar o projeto político pedagógico de uma escola para o século XXI, considerando possibilidades de melhoria na qualidade do ensino. Para tanto, buscou-se a pesquisa qualitativa, ao analisar o Projeto Político Pedagógico de uma Escola Inovadora (Escola para o Século XXI), juntamente com a análise de revisão da literatura e da legislação. As políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares, que são previstas a partir da Constituição Federal de 1988, têm intenções que vão além da organização, estrutura e gestão da escola, essas são portadoras de intenções, valores, atitudes e práticas que irão influenciar a formação dos alunos. Portanto, na elaboração ou reconstrução do Projeto Político Pedagógico é necessário que os participantes desse processo tenham conhecimento da sua importância para o funcionamento da escola como um local onde se adquire, construa e reconstrua conhecimentos que a comunidade realmente necessita. Em meio à tantas transformações, em pleno século XXI o mundo vive uma revolução cultural e tecnológica. Isso implica num constante repensar da educação. Há necessidade de revisões sobre a real função da educação e da escola, o que demanda também, o replanejamento da reorganização da dinâmica de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação. Século XXI. Políticas educacionais. Projeto Político Pedagógico.

**ABSTRACT****PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT OF A XXI CENTURY  
SCHOOL: AMID CHALLENGES AND POSSIBILITIES**

**AUTHOR:** Micheline Krüger Neumann

**ADVISOR:** Professor Joacir Marques da Costa

Education is a subject that has always been a source of warm discussions and oppositions. The debates have been complex and difficult, because most of the time it is not only about the certainty of need for change, but it is about how this change will be implemented. The main objective of this work is to understand what elements are necessary to think about the pedagogical political project of a school for the 21st century, considering possibilities to improve the education quality. In order to do so, this research, which was carried out in a qualitative way, analyzes the Pedagogical Political Project of an Innovative School (a School for the 21st Century) and makes an analysis of literature and legislation. Educational policies and organizational and curricular directives, which are foreseen in the Federal Constitution of 1988, have intentions, which are beyond of school's organization, structure and management. They have intentions, values, attitudes and practices that will influence the student's education. Therefore, in the elaboration or reconstruction of the Political Pedagogical Project, the participants of this process must be aware about their value for the functioning of the school as a place where it is possible to acquire, construct and reconstruct knowledge, which the community really needs. Amid so many transformations in the 21st century, the world is experiencing a cultural and technological revolution. This implicates a constant rethinking about education. There is a need to review the real function of the education and of the school, which also demands a replanning of the teaching and learning dynamics reorganization.

**Keywords:** Education. XXI Century. Educational Policies. Political Pedagogical Project.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1.1</b>	<b>DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>SÉCULO XXI COMO REDESENHO DA SOCIEDADE .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>(RE) COMEÇO: A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA .....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1</b>	<b>EDUCAÇÃO: AVANÇOS E PERCALÇOS .....</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA PROPOSTA PARA PENSAR .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1</b>	<b>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE E MUITAS INSPIRAÇÕES</b>	<b>29</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As sociedades, independente das suas origens e ideologias, buscam repassar aos seus descendentes – assim como as características genéticas no DNA – suas experiências, ritos, aprimoramentos e descobertas. Inicia-se assim, uma transmissão de informações e de conhecimentos nas famílias, ao serem organizadas, tornaram-se responsabilidade da igreja e do governo, de acordo com suas épocas. Assim, se dá a Educação, um processo permeado de conhecer e de compreender, considerando o ensinar e o aprender.

Se considerarmos o que aprendemos nas aulas da Educação Básica, acredito, que muitos irão lembrar quando eram descritas que em nossos primórdios, foram sendo desenvolvidas técnicas e exploradas diferentes ambientes, em busca de uma melhor qualidade de vida, por conta disso, dominaram e transmitiram diferentes técnicas ao longo das gerações. Posteriormente, várias outras descobertas e transformações continuaram acontecendo, a revolução industrial no século XIX, por exemplo, nos revela outras descobertas, entre as quais, ficam o legado das máquinas.

Talvez possamos dizer que a partir daí o homem está desenvolvendo conhecimentos técnico-científico, os quais tomam proporções gigantescas. Anos mais tardes uma revolução, no século XX é a vez das tecnologias de informação e da comunicação. Com isso, surge a globalização, que é um fenômeno social o qual Morin (2013) aponta que a metamorfose do atual estado da sociedade e do planeta poderá levar a humanidade a uma sociedade-mundo diferente. Vivemos, em um tempo de conexão com o mundo em redes globais, no qual a nossa comunicação é realizada por equipamentos que cabem em nossas mãos – mundo da conectividade e da interatividade.

Concomitante às mudanças passadas pela sociedade, a Educação, também passa por várias transformações, bem como a Escola (instituição), que é o local formal, onde essa se desenvolve. Isso se intensificou a partir da década de 1980, com a aprovação do princípio de gestão democrática na educação, na Constituição Federal de 1988, art. 206 (BRASIL, 1988). A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

A escola, é uma instituição inserida na sociedade, e a sociedade encontra-se em constante processo de desconstrução, inovação e reformulação. Mas, via de regra, na maioria



dos seus modelos escolares, tidos como tradicionais, os alunos (os educandos), ainda continuam sendo vistos como absorvedores de informações e replicadores do saber e da cultura, enquanto os professores (os educadores), são vistos, ainda, como detentores de todo o conhecimento. Nesse sentido, pergunta-se: Isso pode ser aceitável em uma escola em pleno século XXI? Nesses, quase 25 anos de sala aula, já vivenciei diferentes modelos de escolas quanto à gestão, a organização curricular e a metodologia de ensino.

Dessas minhas experiências, posso dizer que a escola é um espaço que oportuniza e realiza trocas de experiências, possibilitando a construção de aprendizagens efetivas (o conhecimento propriamente dito) e afetivas (tudo o que vai além do conhecimento, mas que está implicado nele), com um ensino que corresponda a realidade, sendo democrático e com um tratamento horizontal. Portanto, o tema a ser desenvolvido neste trabalho monográfico refere-se ao Projeto Político Pedagógico de uma escola em contexto do século XXI.

Para Libâneo (2012), a reestruturação da sociedade, seja pelas questões econômicas ou políticas impõem mudanças na organização, gestão e no conceito de qualidade da educação, na qual o professor passa a ser considerado um agente ativo, criativo e inovador para a transformação da escola e do sistema escolar. Assim, a escola assume o papel de um espaço de libertação, um espaço que auxilie o aluno a se descobrir enquanto um todo, e não simplesmente um cérebro constituído/formado por caixinhas.

Somos únicos, e, portanto, nosso cérebro, não pode ser separado em caixinhas de disciplinas, as quais serão ativadas todas as vezes que olharmos o horário e enxergamos o nome da disciplina. Rubem Alves (2007) em uma de suas frases diz que “pessoas que sabem as soluções já dadas são mendigos permanentes. Pessoas que aprendem a inventar soluções novas são aquelas que abrem portas até então fechadas e descobrem novas trilhas. A questão não é saber uma solução já dada, mas ser capaz de aprender maneiras novas de sobreviver”.

Para tanto, esse trabalho tem como problemática de pesquisa a seguinte questão: quais os elementos necessários para se pensar o Projeto Político Pedagógico para uma escola do século XXI, considerando possibilidades de melhoria na qualidade do ensino? Logo, tem-se como objetivo geral: Compreender quais os elementos necessários para se pensar o Projeto Político Pedagógico para uma escola do século XXI, considerando possibilidades de melhoria na qualidade do ensino. Com isso, tem-se como objetivos específicos:

- Compreender e debater acerca de transformações da sociedade contemporânea e a necessidade de des/construções na educação.
- Analisar elementos do projeto político-pedagógico de uma instituição escolar<sup>1</sup>, destacando possibilidades para se pensar a educação para o século XXI.

Ademais, entende-se que na escola não temos as soluções para todos os problemas e questionamentos, mas esse é um dos espaços possíveis na proposição de discussões pertinentes à aprendizagem significativa dos educandos, e como professores, acompanhar/intervir/zelar pela aprendizagem e ressignificar constantemente o ensino.

### 1.1 DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Fachin (2003) considera que o conhecimento científico para obter resultados de uma investigação, necessita seguir uma metodologia baseada na realidade de fatos e fenômenos capaz de analisar, descobrir, concluir, criar e resolver novos e antigos problemas. No entanto, percebe-se que há outras possibilidades metodológicas relacionadas à pesquisa, as quais são amplamente aplicadas em diversas áreas, inclusive em educação. Essas pressupõem diferentes conhecimentos, trajetórias e atividades para o desenvolvimento desses trabalhos.

A pesquisa qualitativa para Minayo (2002) trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, não se preocupando com a representação desses numericamente, mas sim na busca de estabelecer relações e de compreender o global e o local, o social e o natural. Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso, caracteriza-se pela abordagem qualitativa.

A escolha por realizar uma pesquisa qualitativa, deve-se ao fato dessa apresentar um caráter exploratório, possibilitando uma maior reflexão acerca da análise dos resultados, sem deixar de considerar os aspectos emocional, intelectual e social dos envolvidos no processo da pesquisa. Além de permitir a formulação de hipóteses e comparação dessas antes e após a coleta e análise do material pesquisado.

Na primeira parte do trabalho, abordo um breve histórico das transformações pelas quais a sociedade contemporânea passou, trazendo as implicações na educação escolar

---

<sup>1</sup> Escola Vittral, nome fictício criado pelo autor, para denominar a Escola analisada no presente trabalho de monografia.

brasileira e alguns avanços na educação escolar brasileira com as políticas educacionais até os anos 1990.

Na segunda parte, serão apresentados em um primeiro momento as questões da educação e da escola e posteriormente as possibilidades de aproximar a educação da realidade do século XXI – uma educação para o século XXI, no século XXI. Na terceira parte, há uma contextualização da importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola e apresentação de uma escola considerada do Século XXI, do município de Porto Alegre, a qual analisei os documentos. Por fim, as conclusões a cerca desse estudo.

## 2 SÉCULO XXI COMO REDESENHO DA SOCIEDADE

Questões que circulam em diferentes esferas da sociedade e apresentam desafios, fazem a escola e seus professores repensarem o modo de *como* educaremos as futuras gerações. O que temos hoje, talvez pudéssemos descrever, que na maioria das escolas e até universidades, são rotinas e matérias de épocas passadas. Há poucos dias, ouvi em uma entrevista, um pró-reitor mencionar que a Universidade é do século XIX, os professores do XX e os alunos do XXI. Portanto, se a sociedade está em constante mudança e incertezas, o que a escola, que é responsável pela formação formal dos futuros membros dessa sociedade deve/pode fazer para mudar?

O mundo atual apresenta desafios novos, diários, sem respostas definitivas sobre os mais diversos temas. Repensar a educação é algo que se faz necessário. Pois a educação, também deve ser considerada como um processo em constante transformação. Sendo essa, responsável pelo desenvolvimento do aluno/sujeito como um todo – emocional, físico, intelectual, afetivo, cultural e social – no meio escolar e extraescolar. Todo o processo que irá se estabelecer, na trajetória educativa do aluno/sujeito, estão implicadas diretamente nas transformações sociais, portanto, espera-se que sejam efetivamente emancipatórios (processos de conscientização, compreensão crítica e participação) e que com isso auxiliem no desenvolvimento para além da sala de aula.

Além disso, as escolas da contemporaneidade, escolas do século XXI, não podem estar desvinculadas das responsabilidades social e ambiental, e nessa escola, as práticas associadas a essas temáticas, devem sair do papel e ser desenvolvidas no cotidiano escolar. Devem ir para além de uma rotina, e dizem respeito a mudanças de atitudes. Para Apple (2017), a educação

é parte da sociedade. Ela não é algo estranho, algo que fica do lado de fora. De fato, ela é um conjunto primordial de instituições e um conjunto primordial de relações sociais e pessoais. Ela é simplesmente tão central para uma sociedade quanto lojas, pequenos negócios, franquias de *fast-food*, fábricas, instituições de saúde, [...] e tantos outros lugares onde as pessoas e o poder interagem. (p.34).

Nossa atual sociedade, está marcada pelos avanços científico e tecnológico, o que abriu caminhos para novas relações culturais, sociais e econômicas. Portanto, estamos próximos, por mais que o mundo esteja descolado em um contexto mais amplo, a escola não

se constitui como um espaço inerte às tensões da sociedade. Isso exige dela, mudanças nas formas de relações e interações, ao tratamento da informação e construção de conhecimentos que permitam a seus alunos/sujeitos descobrir e participar ativamente na realidade. Para Apple (2017) a educação pode mudar a sociedade, uma vez que se observe atentamente as realidades (aspectos políticos, teorias, estilos e vozes de diferentes autores) e as suas mobilizações em torno dessa.

O século XXI veio com mudanças avassaladoras, desde alterações climáticas aos novos uso e acesso a todos os tipos de tecnologias e mídias. Mas o que percebemos, é que até o momento, já na segunda década desse século, o potencial da educação em ajustar a lidar com as mudanças na vida e no trabalho/cidadania continua um desafio.

## 2.1 (RE) COMEÇO: A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA

Transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo fazem parte do cenário que influencia nas mudanças das atuais políticas educacionais e organizacionais. Pode-se talvez arriscar a dizer que a partir do processo de globalização a educação torna-se um importante fator no processo de desenvolvimento de uma nação, ao ponto de não ser responsável direta pelo aumento do número de empregos, por exemplo, mas indiretamente. Pois a partir desse processo, há possibilidade de melhoria da qualidade de ensino, de diminuição da desigualdade-social e da melhoria da distribuição de renda.

Para Libâneo (2012) são fatores que afetam a educação de várias formas as mudanças nos processos de produção associadas à avanços científicos e tecnológicos, superioridade do livre funcionamento do mercado na regulação da economia e redução do papel do Estado. A partir das novas realidades sociais, as reformas educativas, a organização e a gestão das escolas se fazem necessárias.

Além disso, de acordo com Brito (2017) fatos como a globalização e o acesso às TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), levam a um repensar do fazer docente. Pois as tecnologias migram do uso pessoal para ambientes mais amplos como o do trabalho e da aprendizagem, nos quais oferecem possibilidades de criação e de melhoria das formas de geração, aquisição e compartilhamento de conhecimento. Percebe-se, portanto, que a educação, não é algo isolado da constituição de uma sociedade.

Durante a formação do Brasil, independente do setor, ocorre a estruturação do modelo de ensino. A constituição das oligarquias do período colonial e monárquico estão profundamente relacionadas ao modelo de ensino voltado à dominação via controle do saber. Há uma retomada da democracia e a reconquista dos espaços políticos, juntamente com a reorganização e o fortalecimento das políticas educacionais cada vez mais sistematizadas e claras, ocorriam no final da década de 1970 e início da de 1980, de acordo com Libâneo (2012). Corroborando com a necessidade de ações conjuntas para a melhoria na qualidade do ensino e da permanência dos alunos nas escolas. Isso inclui desde as instalações físicas, pois assim aumentava o tempo que os alunos ficavam nas escolas, a adoção de políticas públicas condizentes a suas realidades e a valorização (formação, acompanhamento, salário adequado...) do professor. Dentre as posturas mais adotadas em nosso país são justamente a pedagogia tradicional (método fonético) e a escola nova (construtivismo) (LIBÂNEO, 2012).

Percebe-se, nesse sentido, um movimento favorável à educação, pois de acordo com Castro (1999) a partir da obrigatoriedade no ensino público dos 7 aos 14 anos estabelecida na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), além do aumento do número de alunos matriculados, também ocorreu uma gradativa melhora nos índices de evasão e na eficiência do ensino, com diminuição da repetência.

Mas ainda se fazia necessário um (re)pensar as reformas propostas para a Educação Básica. O que ocorre, a partir das alterações previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9493 (BRASIL, 1996) que estabelecem várias mudanças para todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além das diretrizes que foram fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Salienta-se que desde a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) já estava prevista a criação de uma Base Comum para o currículo das escolas de todo o país, e na LDB (BRASIL, 1996) o assunto voltou às discussões. A Base Nacional Comum Curricular, atualmente, está prevista no § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e está orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) (BRASIL, 1996).

A LDB nº 9.439 (BRASIL, 1996) determina nos artigos 9º e 87º, respectivamente, que

Art 9. A União incumbir-se-á de: I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; [...]

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. § 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 – 2010 (BRASIL, 2001), foi criado para estabelecer políticas e metas para dez anos, no qual os Estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam elaborar planos decenais correspondentes. O objetivo para isso acontecer era garantir um projeto de educação que tivesse duração e vigência, independente dos governos, o que para Libâneo (2012) garantiria a continuidade das políticas públicas para a educação. O PNE 2001 – 2010 (BRASIL, 2001) definiu diagnósticos, diretrizes e 295 objetivos e metas relacionadas aos diferentes níveis de ensino, Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e Educação Superior e modalidades de ensino – Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância e Tecnologias Educacionais, Educação Tecnológica e Formação Profissional, Educação Especial e Educação Indígena. Essa tratou também da Formação dos Professores e Valorização do Magistério, do Financiamento e Gestão, além do Acompanhamento e Avaliação do Plano, propondo a efetivação de uma gestão descentralizada. Os objetivos do PNE (2001-2010) foram:

- a elevação global do nível de escolaridade da população; - a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; - a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso na educação pública e - democratização da gestão do ensino público, incluindo princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola, bem como a participação da comunidades escolar em conselhos escolares e equivalentes. (UNESCO, 2001, p. 15)

De acordo com Libâneo (2012), a falta de avaliação efetiva para observar o cumprimento ou não das metas, associada a escassez de recursos e vetos presidenciais contribuíram para que o PNE 2001 – 2010, se tornasse uma carta de intenções e não uma referência para as políticas públicas. Com isso, é a partir de 2010, momento de debate para a elaboração do que se tornaria o novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), é que se aprofundaram as ideias sobre essa base curricular.

O Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014), que está em vigência, estabelece as estratégias das políticas de educação para o Brasil por um período de dez anos (2014 - 2024), no qual estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis –

infantil, básico e superior, ampliando algumas questões não abordadas no PNE 2001 – 2011. O atual PNE 2014 - 2024, elenca dez diretrizes, constantes no Artigo 2º:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Percebe-se, portanto, que as diretrizes gerais I, II e IV do PNE, vão ao encontro das orientações dadas pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Além disso, ao observar os desdobramentos das 20 metas, seus objetivos e estratégias, ficam evidentes a presença de temáticas como política educacional, gestão educacional, gestão escolar, gestão democrática da educação, democracia, cidadania, direito, financiamento da educação, custo aluno, alfabetização na idade certa, qualidade do ensino e qualidade da aprendizagem. O que se justifica se considerarmos que para melhorar a qualidade da educação (planejamento, currículo, gestão, avaliação escolar e educacional) é necessário trabalhar esses fatores associados e nas diferentes etapas, níveis e modalidades da educação.

Oliveira, Gouveia e Araújo (2018) organizaram a partir de textos uma avaliação das metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024, visando contribuir com os debates nas conferências municipais, estaduais e livres no contexto da Conferência Nacional Popular de Educação 2018 - CONAPE 2018. Nessa compilação, fica evidenciado que para a maioria das metas permanece urgente a mobilização com vistas às estratégias que foram estabelecidas para o cumprimento, sistematização e articulação das mesmas, pois essa estão, na sua maioria, abaixo do que está estabelecido para o período.

Por outro lado, o PNE (BRASIL, 2014) define a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como estratégia para alcançar as metas 1, 2, 3 e 7. Salienta-se que, a BNCC, é um documento normativo aplicável somente à Educação Básica. Esse documento aponta as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo de toda a Educação Básica. (BRASIL, 1996).



A Base, como também é chamada, é por natureza um documento orientador para que sistemas e redes de ensino desenvolvam os seus próprios currículos. Para a escrita da primeira versão da BNCC, houve o envolvimento da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e do CONSED, o Conselho Nacional de Secretários de Educação, em junho 2015, que foi a consulta popular via *online* no final desse mesmo ano. A consulta *online* da primeira versão foi encerrada com mais de 12 milhões<sup>2</sup> de contribuições da sociedade civil, professores, escolas, organizações do terceiro setor e entidades científicas.

Em 2016, foi proposta uma segunda versão da BNCC, e o Ministério da Educação – MEC, instituiu o Comitê Gestor<sup>3</sup> da BNCC e da Reforma do Ensino Médio. Em sua composição, o comitê foi constituído pela Secretaria Executiva do MEC, que o presidiu; pelo titular da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, que atuou como secretário executivo, e pelos membros titulares das secretarias de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi); de Educação Profissional e Tecnológica (Setec); de Educação Superior (Sesu); de Articulação dos Sistemas de Ensino (Sase), todas do MEC, e pelo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). A segunda versão teve a participação de nove mil participantes em sua consulta popular, entre professores gestores e alunos.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em seu Art. 7º refere-se aos currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica e que esses devem tê-la como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino (BRASIL, 2017). Em dezembro de 2017, é homologada a terceira versão da BNCC, que atende os níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (BRASIL, 2017).

Várias foram as críticas relacionadas à BNCC, principalmente no que se refere aos conteúdos, no entanto, conforme Moreno,

---

<sup>2</sup> Conheça os principais marcos da construção democrática da BNCC, da Constituição de 1988 à homologação em 2017. Disponível em <http://movimentopelabase.org.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 21 out. 2018.

<sup>3</sup> BRASIL Comitê gestor balizará discussões da Base Curricular e sobre reforma do ensino médio. EDUCAÇÃO BÁSICA. Quinta-feira, 28 de julho de 2016, 13h35 [online]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/37991-comite-gestor-balizara-discussoes-da-base-curricular-e-sobre-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 20 out. 2018.

objetiva-se um outro perfil do estudante, com o professor propondo variadas formas de trabalho com debates, leituras de trechos de documentos escritos, imagens, etc. não é mais possível manter tantos conteúdos como possuem na atualidade muitos programas escolares. É a partir destas abordagens diferenciadas, demandando um investimento de precioso tempo escolar, que se dá a possibilidade de ressignificação dos conteúdos e de maior envolvimento dos estudantes. Os aspectos cognitivos do comportamento não se produzem à margem dos afetivos, sociais e motivacionais. (MORENO, 2016 p.16)

Portanto, um dos fatores a ser observado, no momento da estruturação do currículo da escola, é a relevância e as características regionais. A BNCC, além de ser para os diferentes níveis de ensino da educação básica, tem como compromisso do Estado Brasileiro a promoção de uma educação integral, que assegura o desenvolvimento pleno dos estudantes, voltada ao acolhimento com respeito às diferenças e sem discriminação e preconceitos (BRASIL, 2017)

Assim, a partir das proposições documentais, que embasam a política educacional vigente, percebe-se que a pauta principal é garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, independente do sistema ou rede de ensino. No entanto, por vezes, desconsidera-se que a sociedade do século XXI é muito complexa, o que vem exigindo da educação outras práticas educativas no seu cotidiano escolar, não somente um repensar na sua (re)estruturação. E que essas não só ocorram no interior das salas de aulas, mas que de fato sejam efetivas e que rompam os muros/paredes (que muitas vezes são fictícios), e auxiliem a formação do aluno como um todo, na sua integralidade.

Da mesma forma, a sociedade contemporânea traz consigo na palma da mão muitas informações, que por si só não bastam, é necessário a condução do professor para estabelecer as conexões e a partir daí selecionar, organizar e analisar com criticidade o que está sendo apresentado por esses artefatos midiáticos. Freire (2002), em seus escritos aponta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

A sala de aula, portanto, é um local de descobertas, de trocas, de olho no olho, de interação, de superação, de desafios, que vai além do espaço da construção de conhecimentos efetivos, nesse espaço, também se dá a construção de conhecimentos afetivos. As exigências dos alunos e, conseqüentemente dos sistemas educacionais, apresentam uma evolução um tanto quanto antagonica. No passado, a educação consistia em ensinar algo a alguém. Hoje, não podemos mais dizer isso, pois no mínimo há de se assegurar o desenvolvimento de

habilidades e competências adequadas para encontrar seu próprio caminho através de um mundo cada vez mais incerto, volátil e ambíguo.

O próximo capítulo, abordará questões relativas ao “passado”, “presente” e “futuro” da educação, no qual serão retomadas questões relacionadas aos movimentos históricos e percursos históricos relevantes da educação.

### 3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA

Aprender, pode-se dizer que é o resultado de uma interação/troca, no qual o conhecimento pode ser (re)construído continuamente. Assim, a escola, como outros espaços (praças, ruas, família, igreja...), apresentam um potencial para o desenvolvimento das questões que envolvam esse processo. A sala de aula (aqui não necessariamente o espaço entre paredes, mas o espaço-tempo no qual a atividade está sendo desenvolvida), como um espaço formal de aprendizagem, é um local de interatividade e contempla espaços e tempos de diálogos, de problematização, de produção individual e coletiva de todos os sujeitos envolvidos.

Para Saviani (2011) há um vínculo contínuo entre educação e sociedade. O autor discorre sobre passos do processo educativo, que equivalem há momentos articulados em um movimento, único e orgânico. O ponto de partida da proposição de Saviani seria a prática social, comum a professor e alunos que “[...] podem se posicionar diferentemente enquanto agentes sociais diferenciados” (p.56). Posterior, a isso, em um segundo momento, teria a problematização, ou seja, espaço para “[...] detectar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar” (p.57).

Como terceira parte, teria a instrumentalização que consiste na apropriação de instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social. No quarto momento, a catarse, aconteceria a “[...] efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos da transformação social” (p.57). A prática social é o quinto momento. “Nesse ponto, ao mesmo tempo que os alunos ascendem ao nível sintético em que, por suposto, já se encontrava o professor no ponto de partida, reduz-se a precariedade da síntese do professor, cuja compreensão se torna mais e mais orgânica” (p.58).

Percebe-se, portanto, que em todos os momentos vivenciados na escola, indiferente do espaço físico que estejam ocupando, o professor tem um papel fundamental, o de mediar, ou seja, intervir e promover mudanças, no que está sendo desenvolvido. Sempre na busca de potencializar o desenvolvimento integral e as aprendizagens efetivas e afetivas, para que o aluno venha a contribuir de maneira crítica, criativa, produtiva e construtiva sociedade na qual está inserido.

Nesse sentido, faz-se necessário cuidado na implementação de mudanças na educação. Freire (1985) aponta que para se mudar algo, não adianta ter apenas mudança de método. Em períodos de transição, a educação não pode passar apenas por adequações metodológicas ou por renovação de materiais didáticos, de ensino, como por exemplo, usar mais projeções (tipo *power-point*) do que quadros verdes/negros/brancos. [...] O que a transição exige da educação é que se revolucione, se reinvente, em lugar de meramente reforma-se. (FREIRE, 1985, p. 48).

### 3.1 EDUCAÇÃO: AVANÇOS E PERCALÇOS

A partir do momento que temos a colonização do Brasil, as organizações do tempo e dos espaços escolares são providas de regras, de valores e condutas de acordo com a época, que na maioria das vezes é para garantir o controle sistemático do trabalho dos professores e a disciplina dos alunos. No entanto, com o decorrer dos anos, várias mudanças ocorreram, principalmente a descentralização da educação em 1961, com a lei resultante, nº 4024, de 20 de dezembro – Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 4024/1961, que entre outras questões, determinava que cada estado organizasse o seu sistema de ensino (LIBÂNEO, 2012).

Já a Lei 5.692/1971 (LDB nº 5692/1971), foi formulada num contexto de reorganização do sistema educacional brasileiro, associada à repressão militar que se seguiu após 1964, na qual surge a criação do ensino supletivo, a valorização da educação profissional, a matrícula obrigatória dos 7 aos 14 anos de idade e a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde como matérias obrigatórias do currículo. (BRASIL, 1971).

A partir do final dos anos 1980, o conhecimento e a informação passam a constituir força produtiva direta, o que começa a influenciar o desenvolvimento econômico. Assim, de acordo com Libâneo (2012) os países industrializados, propõem uma reforma baseada em quatro pontos: o currículo nacional, a profissionalização dos professores, a gestão educacional e a avaliação institucional. E essa é uma tendência internacional.

No Brasil, a prioridade volta-se para a promoção de um ensino de qualidade, com vistas ao acesso e à permanência da criança na escola pública. Em 1993, com o afastamento do presidente Fernando Collor, o então Plano Decenal de Educação para Todos, assinado pelo presidente da República Itamar Franco, apresentou como objetivo mais amplo “...assegurar,

até o ano 2000, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida contemporânea” (BRASIL, Plano Decenal de Educação para Todos, 1993, p. 13), observando, assim, o dispositivo constitucional de erradicação do analfabetismo e universalização da educação escolar. Posteriormente, em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume o governo, com outras prioridades. Entre essas estavam a implementação do currículo básico nacional, a educação à distância, a avaliação nacional das escolas, o incentivo à formação dos professores, os parâmetros de qualidade para o livro didático, entre outras.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 1999), elaboradas no governo FHC, introduziram um discurso novo na educação brasileira: orientações explícitas de como deveria ser pensada e conduzida a ação educacional nas escolas. Também é durante o seu governo que ocorreu a elaboração e promulgação da LDB (BRASIL, 1996). Desde então, passamos por algumas alterações nas leis, nos planos, nas diretrizes, nas normas e nas resoluções, que compõem as reformas educativas até o atual governo.

Para Figueiredo (2001) a medida em que as leis são modificadas, o impacto que elas consolidam na educação pública revela o quando a Educação Básica não é tratada com seriedade. Com todas essas informações, percebe-se que em diferentes momentos do cenário político brasileiro houveram, de alguma maneira, políticas voltadas para a educação. No entanto, fica evidenciado que a falta de responsabilização por parte das diferentes hierarquias governamentais em assumir as suas respectivas demandas, o ensino público permanece à deriva.

Além disso, ao longo da história educacional o nosso país passou por inúmeras mudanças educacionais como o analfabetismo, o acesso e permanência na escola, a escolarização na idade certa que são questões que acompanham todos esses momentos e que ainda necessitam atenção. Libâneo (2012) aponta que

a revolução industrial (tríade revolucionária: a energia termonuclear, a microbiologia e microeletrônica), a revolução informacional, a globalização e a exclusão social e o neoliberalismo (educacional e de mercado), apontam para novos desafios e novos discursos. Ele ainda complementa que há uma urgente necessidade de reestruturação educativa capaz de corresponder aos desafios impostos pela sociedade tecnológica à escola. (LIBÂNEO, 2012 p.119).

Assim, a partir do final do século XX, iniciam-se debates, acerca de temáticas que não eram trazidas para o espaço escolar, tais como questão social, inclusão-exclusão, desigualdade, entre outros.

A educação sempre foi (e talvez sempre será) um dos maiores desafios do país. Não é fácil ofertar uma educação considerada de qualidade, ou seja, uma educação que proporcione ao estudante a construção do conhecimento, suscitando a continuidade e a conclusão da Educação Básica, a partir de uma proposta de ensino atualizada, respeitando os tempos de aprendizagem de cada um e visando à formação de cidadãos éticos e críticos, como está previsto na LDB (BRASIL, 1996). Compreende-se que alguns governos conseguem uma melhoria significativa em alguns aspectos, mas há determinadas questões, que estão perpassando os governos, e se transformando em grandes desafios para a educação. Nesse sentido, quando se fala em melhorar a qualidade da educação e oportunizar diferentes propostas e formações aos professores, todos lembram que ainda há falta de professores, que os salários estão atrasados e/ou defasados, que os materiais estão sucateados e os espaços físicos das escolas necessitando de manutenção ou reforma.

Mas com tudo isso, os espaços da Escola se tornam para muitos estudantes, o local no qual conseguem viver um outro “mundo”. Nos diferentes espaços da escola, as crianças e adolescentes podem brincar, criar e recriar aspectos de seus aprendizados sentindo-se assim estimuladas e independentes. A escola é, portanto, um palco de diversas interações, sobretudo entre professores e alunos, que se relacionam e estabelecem os conceitos, como o de poder, respeito, ética e autoridade. Nesse contexto, a escola permite o confronto diário com normas e regras de comportamento, que vão para além das relações pessoais e informais.

Assim se constitui o espaço de aprendizagem, um processo de busca de compreensão que inquieta e que pergunta, e que desacomoda o professor e o aluno, o diálogo torna-se um viés condutor para o estabelecimento da aprendizagem para ambos. Nessa possibilidade humana há uma opção democrática de relações humana, histórica e culturalmente produzidas pela intencionalidade de efetivá-la. Freire (1985) comenta que por vezes, a curiosidade dos alunos abala a certeza do professor e se essa é aceita sem problemas, o professor poderá aprofundá-la mais tarde e o que o levará a uma reflexão mais crítica.

Nessa perspectiva, de discussão e debates de sobre determinadas temáticas/assuntos, se desenvolve o conhecimento escolar, que é um dos elementos balizadores do currículo. A partir da BNCC (BRASIL, 2017), caberá às escolas, construir o seu currículo, considerando as

especificidades locais e a trajetória pedagógica, associado ao que consta no seu Projeto Político Pedagógico.

Para a organização do currículo, de acordo com a BNCC (BRASIL, 2017) é necessário pensar na formação humana integral do aluno, com destaque as competências gerais previstas para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), conforme apresentado na figura 1, articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (BRASIL,1996).

Figura 1 - Esquema das Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC<sup>4</sup>.



Fonte: [http://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2018/02/28185234/BNCC\\_Competicencias\\_Progressao.pdf](http://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2018/02/28185234/BNCC_Competicencias_Progressao.pdf). Acesso em 21 out. 2018.

Em momentos de repensar a Escola, a partir de mudanças previstas pelas políticas educacionais vigentes, essas necessitam ter clareza da proposta pedagógica e as ferramentas (mais ou menos tecnológicas), que serão utilizadas para colocá-la em prática, cabendo a equipe diretiva juntamente com os professores serem os mediadores desse processo. Pois as

<sup>4</sup> Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC. Disponível em: [http://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2018/02/28185234/BNCC\\_Competicencias\\_Progressao.pdf](http://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2018/02/28185234/BNCC_Competicencias_Progressao.pdf) Acesso em: 21 out. 2018.



aulas são para além de um currículo, e é o professor, que estará numa posição de autoridade e mediador frente aos alunos, é ele que, de alguma forma, tem que ter claro o *porquê*, ou seja, qual a intenção, o propósito do que pretende para cada competência e habilidade, depois disso, aí sim, pensa-se no *como*, será realizado ou *o que* será realizado pelos alunos. Assim, uma das clássicas perguntas “para que eu vou usar isso professor?” irá provavelmente esvaziar-se. Para Santos (2007) em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-los. Nesse sentido, quando se tem um propósito/intenção fica mais fácil para o aluno e para o professor perceberem a relevância do que está sendo trabalhado.

Ademais, há fatores como a desigualdade econômica, às oportunidades de emprego e a violência que continuam a ser uma realidade em todos os lugares. Vivemos e testemunhamos transformações como a mobilidade internacional, mudanças nas estruturas das famílias, aumento na diversidade das populações, a globalização e seus impactos na competitividade econômica e coesão social, profissões e carreiras novas e emergentes, avanços tecnológicos rápidos e contínuos, maior uso das tecnologias, etc. Essa última, as mudanças tecnológicas estão acontecendo com muita rapidez, o que faz com que tudo acelere.

Com isso, se faz necessário o engajamento, pois estamos em um período de transição, em que os professores e gestores têm enfrentado dificuldades em atender às necessidades desse novo cenário:

este é o grande diferencial hoje, a educação está cada vez mais ligada à criatividade, ao pensamento crítico, à comunicação e colaboração; a educação está ligada ao conhecimento moderno, incluindo a capacidade de reconhecer e explorar o potencial das novas tecnologias, e, por último, mas não menos importante, também está ligada às qualidades do caráter, que ajudam as pessoas realizadas a viverem e trabalharem juntas e a construir uma humanidade sustentável. (FADEL, 2016 p.2)

Fica evidenciado que uma escola do século XXI, necessita estar conectada e pensando no e para o coletivo. Fadel (2016) discute que a inovação é outro fator que irá auxiliar o pensar coletivo, destacando que:

A inovação raramente é um produto de pessoas trabalhando isoladamente, mas sim o resultado de como nos mobilizamos, compartilhamos e conectamos o conhecimento. Sendo assim, as escolas precisam preparar os estudantes para um mundo em que muitas pessoas colaboram com outras, de diversas origens culturais e valorizam diferentes ideias, perspectivas e valores; um mundo no qual as pessoas precisam

decidir como confiar e colaborar em meio a essas diferenças; um mundo em que suas vidas serão afetadas por questões que vão além das fronteiras nacionais. (FADEL, 2016 p.2)

De acordo com Saviani (2011), estamos em uma nova época histórica, uma nova ordem global, em que as velhas formas não estão mortas, mas as novas ainda não estão inteiramente formadas. Portanto, esse é o momento para as escolas repensarem suas propostas e construïrem seus Projetos Políticos Pedagógicos. Na proposta homologada da BNCC (BRASIL, 2017), documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, além de deixar evidenciada a sua flexibilidade a partir da realidade regional e escolar, possibilitado ao aluno ter uma visão da sociedade de maneira crítica. Com isso, a previsão e expectativa é de que a Base:

ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais [...] e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes [...]

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais [...]

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017 p.8)

Nesse processo de (re)pensar o Projeto Político Pedagógico, pautado na BNCC, a escola assume um papel que não é o de ensinar conteúdos estanques, mas que dialoguem entre si. Assim, a escola do século 21 deve priorizar e estimular ligações sociais e experimentações, permitindo que todos os indivíduos se engajem com o aprendizado e encontrem suas paixões e papéis mais amplos na sociedade e no mundo.

#### **4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA PROPOSTA PARA PENSAR**

Ao longo dos últimos anos, tanto nos meios acadêmicos, como nos diferentes órgãos dos diversos sistemas de ensino de nosso país, a gestão democrática tem sido discutida. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996) dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9º), resguardando os princípios constitucionais, incluído o da gestão democrática.

As políticas educativas asseguram a autonomia da escola, a participação dos educadores na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e da comunidade local em conselhos escolares. Essas disposições dão aos educadores e à comunidade a base legal para exercer. Para Sander (2005) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, atribui aos educadores e à comunidade os elementos básicos para a conquista de novos espaços para o seu exercício no cotidiano da escola, tanto estatal como privada, confessional ou não.

O Projeto Político Pedagógico – PPP, da escola é de fundamental importância, devendo ser construído com a participação e o envolvimento dos segmentos escolares, pois nele está explicitado o caminho que a gestão da escola deve seguir, buscando identificar os desejos e anseios da comunidade na qual está inserida, podendo assim, contribuir para a construção dos conhecimentos dos sujeitos que ali irão estudar. Pois,

na verdade, nenhuma sociedade se organiza a partir da existência prévia de um sistema educativo, o que implicaria na tarefa de compreender um certo perfil ou tipo de ser humano que, na sequência, poria a sociedade em marcha. Pelo contrário, o sistema educativo se faz e refaz no seio mesmo da experiência (FREIRE, 1988, p.47).

Portanto, é a partir do aprendizado e das vivências da comunidade escolar, no exercício da participação, contribuindo com suas experiências na tomada das decisões e na democratização dos sistemas de ensino e na construção tem-se um processo coletivo. Faz-se necessário entender o papel e o processo que envolve a comunidade escolar a ser observada na gestão democrática. Ao identificar e descrever as contribuições dessa comunidade na

elaboração e execução do PPP, busca-se ressaltar o trabalho conjunto dessa comunidade com a equipe diretiva. A construção do PPP deve considerar

as singularidades e a participação de todos os sujeitos da escola, potencializando a criatividade, a capacidade reflexiva e a própria dinâmica dos envolvidos [...]. Nesse processo os sujeitos que pesquisam, ensinam e aprendem tornam-se cúmplices e corresponsáveis no processo educativo. (RESENDE, 2012 p. 254-55)

Nesse sentido, cabe salientar que a escola é um espaço de escuta, e é aqui que muitos assuntos, sobre diversidade, pluralidade, gênero, inclusão, etnias, entre outros, surgem para serem discutidos. Para Veiga (2011) o PPP é o produto da reflexão sobre a realidade interna da instituição, referenciada a um contexto social mais amplo. A escola não pode ser apenas uma instituição que reproduz relações sociais e valores dominantes; deve ser uma instituição também de confronto, de resistência e de proposição de inovações, sendo que a inovação produz rupturas. Assim, o PPP deve procurar romper com a clássica cisão entre concepção e execução, própria da organização do trabalho fragmentando. Veiga (2003) afirma:

Inovação e projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto, porque o resultado final não é só um processo consolidado de inovação metodológica no interior de um projeto político pedagógico, construído, desenvolvido e avaliado coletivamente, mas é um produto inovador que provocaria também rupturas epistemológicas. Não podemos separar processo de produto (p.275).

Isso considerando que é na prática que a teoria tem seu *start*, sua fonte de desenvolvimento e sua forma de construção, e é na teoria que a prática busca seus fundamentos de existência e reconfiguração e que inovação, não significa necessariamente criar algo novo ou pensar ou dizer algo que nunca foi dito ou muito complexo, mas sim pensar/criar de forma diferente, e para isso exige coordenação colaborativa e respeito às responsabilidades de cada um, para que a escola possa exercer as incumbências definidas pela legislação.

O Projeto mostra-se vivo dentro da escola, ele é fruto da projeção organizada por todos os envolvidos com o processo educativo, considerando que é no fazer diário que a teoria irá buscar as informações, a fonte de desenvolvimento e a forma de construção, e é na teoria que a prática busca a fundamentação para sua existência e reconfiguração. Para que tudo isso funcione, como em uma engrenagem, há necessidade de uma unicidade na coordenação e respeito às responsabilidades de cada um no cumprimento da legislação desde sua construção até

sua execução. Salienta-se que, é a partir do PPP que se estabelece o currículo da escola, também em parceria com a equipe diretiva, os professores e a comunidade escolar.

#### 4.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE E MUITAS INSPIRAÇÕES

Para Apple (2017) a educação pode mudar a sociedade, desde que essa seja crítica e que tenha entre seus elementos principais desafiar identidades injustas, sendo guiada pela ética do cuidado, amor e solidariedade com o objetivo de usar a escola para transformar a cidade. As escolas são parte do aparato cultural da sociedade, assim, considera que elas estão no centro de lutas e discussões sobre políticas de reconhecimento, raça/etnia, classe, gênero, sexualidade, habilidade, religião e outras dinâmicas de poder.

Desafiada pelas leituras e pelas atuais mudanças educacionais que estamos vivenciando atualmente, busquei uma escola na cidade de Porto Alegre, que em sua chamada diz *“Formamos estudantes autônomos, capazes de colaborar de forma ativa em uma sociedade democrática”*. A partir daí, fiz os contatos e fui conhecer o Projeto desenvolvido por uma Escola de Ensino Fundamental, particular, mas não lucrativa, localizada na cidade de Porto Alegre. Com um espaço moderno, está situada no bairro Mont’Serrat, onde estudantes entre 6 e 14 anos, tutores e mestres desfrutam de laboratórios, área externa, biblioteca e salão coletivo para a realização de projetos, módulos de aprendizagem, oficinas e outras atividades que fazem parte do modelo de ensino proposto pela escola.

A metodologia desenvolvida pela Escola Vittral, foi criada há 15 anos por um grupo de educadores, que a desenvolveram como uma iniciativa que pretendia transformar a educação no mundo. A primeira Escola nasceu na cidade de São Paulo, e hoje o método está presente em mais 10 escolas, públicas e privadas, entre Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e Holanda.

Ao conhecer a prática e o PPP da Escola Vittral de Porto Alegre, percebe-se que a inserção de ferramentas digitais no cotidiano escolar associada a inovação, estão aliadas para enriquecer o aprendizado de maneira efetiva, trazendo experiências que estreitem o vínculo professor-aluno, na busca de um ensino de qualidade, além de auxiliar os alunos para o preparo para a vida. Pois, a Escola Vittral acredita que cada vez mais o mercado de trabalho enfatiza os conhecimentos manuais/práticos e a utilização de recursos tecnológicos em

situações de sala de aula, os quais devem estar em sintonia com a realidade. De acordo com Fadel (2016) tecnologia e educação não podem estar desconectados, pois

Quando a educação fica atrás do progresso tecnológico, as pessoas não são qualificadas para os empregos e o trabalho realizado não é tão produtivo nem de boa qualidade como poderia ser. Além disso, a desigualdade econômica cresce, pois aqueles com meios de obter uma educação excepcional podem assegurar mais oportunidades de avanço, e aqueles sem a possibilidade de ter uma educação altamente eficaz têm pouca esperança de melhorar sua situação econômica. Desta forma, tanto as pessoas quanto a sociedade sofrem com desemprego, subemprego, distribuição desigual de renda, estresse pessoal e inquietação social. (FADEL, 2016 p.28)

Como o mundo está se tornando cada vez mais interconectado, a escola deve ter claro seus objetivos, pois é fato que suas ações afetam os outros, tanto presencial quanto virtualmente. Falar em inovação e Projeto Pedagógico tem sentido se não esquecermos qual é a preocupação fundamental que enfrenta o sistema educativo: melhorar a qualidade da educação para que todos aprendam mais e melhor. Para Fadel (2016) os desafios e as oportunidades atuais são muito diferentes daqueles da época da Revolução Industrial, quando foi elaborado o primeiro modelo de sistema de educação moderno, inclusive são diferentes até dos desafios de algumas décadas atrás, antes da internet.

O método da Escola Vittral de Porto Alegre é original no sentido de que propõe e pratica, de maneira diferenciada, o conceito de aprendizado com base em projetos, como instrumento de inter-relação de alunos e a procura de seus interesses reais. O conhecimento é estruturado por meio da identificação das competências e habilidades, incluindo o que se chama de “disciplinas” ou “matérias escolares” dentro dos projetos, módulos de aprendizagem, oficinas e outras dinâmicas. A cada projeto, esse aprendizado vai contemplando as competências e áreas do conhecimento com as quais se relaciona, como matemática, física, geopolítica, geografia, química, línguas, etc. As práticas pedagógicas são pilares que proporcionam o desenvolvimento integral de cada indivíduo.

O sistema educacional, observado no modelo da Escola visitada, têm entre seus objetivos o de se adaptar as mudanças propostas pela sociedade, oferecendo aos alunos ferramentas para se manterem em um mundo mais conectado. Assim, são desenvolvidas competências que trabalham com a resolução de problemas e a tomada de decisão; a criatividade e o pensamento crítico; a colaboração, a comunicação e a negociação; e a

curiosidade intelectual e a habilidade de encontrar, selecionar, estruturar e avaliar informações, conforme são brevemente descritos:

O currículo se realiza na prática em diferentes modalidades, como os projetos, oficinas, pesquisas e outras atividades, além da vivência na gestão participativa da escola, mesmo essa sendo particular. Para o planejamento dessas atividades, a escola leva em conta o interesse e as necessidades de aprendizado e desenvolvimento, contando com a participação ativa dos estudantes. São mais de mil itens curriculares apresentados como Matrizes de Competências e de Conteúdos, que é coordenada na plataforma chamada de Mosaico Digital, peça chave do Modelo da Escola.

O Mosaico Digital é uma plataforma que contém os módulos de planejamento, o currículo e as competências. No Mosaico, gestores, educadores, estudante e seus responsáveis, podem acompanhar, registrar e avaliar os processos que organizam e mobilizam a vida escolar. Ele é uma tecnologia intelectual de vanguarda que norteia toda a organização da escola por ciclos, projetos e avaliação contínua de cada estudante, possibilitando a gestão participativa e ativa da aprendizagem e a reflexão crítica sobre seus processos de construção.

Um paradigma se quebra quando a escola tira o professor do papel de detentor do conhecimento. O professor passa a ser o orientador do desenvolvimento (chamados de Tutores), e associado aos Mestres nos projetos. Com isso, novos recursos de aprendizagem são inseridos, repertórios são ampliados e, outros pontos de vista adentram os muros da escola. Assim, são rompidas as limitações sobre o conhecimento que será compartilhado e abre-se espaço para inovações. Os professores têm formação em licenciatura e acompanham em tempo integral alguma turma. Já os mestres, são profissionais das mais diversas áreas, que compreendem desde um cozinheiro que poderá falar sobre reações químicas ao um engenheiro falar sobre geometria.

O enriquecimento da vida escolar acontece quando são colocados estudantes de diferentes idades em um mesmo ambiente, são abertas assim oportunidade para que crianças e jovens aprendam e socializem entre si como na vida real. Isso significa não colocar grades em seu desenvolvimento, e permitir interações e trocas de experiências de forma mútua e natural. Isso quer dizer que as turmas são formadas com alunos de 6 a 8 anos, de 9 a 11 anos e 12 a 14 anos de idade.

A proposta de Aprendizagem Ativa tem o objetivo de levar o estudante a mobilizar e descobrir conteúdos e habilidades que servirão para sua atuação e transformação da realidade,

pois a escola sabe que para despertar a motivação não pode apenas falar de coisas prazerosas, mas, falar prazerosamente sobre as coisas. Mais do que romper com os padrões tradicionais e modernizar o ensino, a escola aproxima o aluno de si mesmo e do mundo real.

O Currículo em mosaico impõe a necessidade de uma Avaliação Integrada que não seja meramente classificatória, mas que mostre evidências de conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Nesse sentido, a Escola não limita o método de avaliação apenas às questões em provas. Vai além, ela questiona o nível de conhecimento e a capacidade de aplicar o que foi aprendido de diversas maneiras, com a participação ativa do estudante que pode refletir sobre o seu próprio desempenho.

Na prática, isso se traduz em substituir o papel do professor tradicional, como detentor do conhecimento, pelo tutor, que é quem acompanha o desenvolvimento de grupos de estudantes. Esse personagem tem por objetivo identificar os interesses e habilidades de cada grupo, oferecendo sempre ferramentas que possibilitem a criação e execução de projetos baseados nesses interesses e convidando os mestres, que são especialistas em temas diversos, mas não necessariamente acadêmicos de áreas específicas.

Nesse sentido, na Escola Vittral, o professor, definitivamente não é somente o que “ensina”, mas um profissional que deve estar em constante busca por recursos para intermediar o aprendizado e despertar o interesse de seus alunos. Pois o que se quer é um conhecimento com qualidade. Mas essa qualidade, com vistas a ser articulada a uma concepção teórica, política e social, como Azevedo, descreve

Em uma definição mais corriqueira, a qualidade é tomada como propriedade, atributo ou condição das coisas ou pessoas, capaz de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza. Isto implica que o conceito de qualidade sempre pressupõe parâmetros comparativos, que permitam a distinção entre o que se julga uma boa ou má qualidade, particularmente quando se focalizam fenômenos sociais. Sendo assim, na condição de um atributo, a qualidade e seus parâmetros integram sempre o sistema de valores que predominam em cada sociedade, o que significa dizer que sofrem variações de acordo com cada momento histórico e, portanto, de acordo com as circunstâncias temporais e espaciais. Em consequência, por ser uma construção humana, o conteúdo conferido à qualidade está diretamente vinculado ao projeto de sociedade prevalecente em determinadas conjunturas. Como tal, se relaciona com o modo pelo qual se processam as relações sociais, produto dos confrontos e acordos dos grupos e classes que dão concretude ao tecido social em cada realidade (AZEVEDO, 2011, p. 422).

Nesses termos, cabe lembrar que a qualidade da educação é um princípio constitucional do ensino público, legalmente embasado na Constituição Federal Brasileira de



1988 (BRASIL, 1988). Assim, a qualidade é integrante de um sistema de valores de uma determinada sociedade, por isso suscetível a um projeto de sociedade que não o projeto que se quer e que se almeja. Em decorrência e com o mesmo teor a qualidade também é princípio orientador da educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394 (BRASIL, 1996).

No que se refere à gestão escolar, a Escola Vittral, suas práticas pedagógicas, relações sociais e a organização do cotidiano escolar são geridas de forma participativa, envolvendo os estudantes, equipe pedagógica e administrativa. Todos participam dos planos em prol do crescimento e do enriquecimento da experiência dentro da escola. Na Escola Vittral, há uma projeção no ambiente escolar do funcionamento esperado de uma sociedade participativa e democrática, a fim de orientar as crianças e jovens em sua atuação na sociedade, tanto em seu presente quanto no futuro. Todas as decisões são discutidas em assembleia entre os integrantes da escola, procurando gerar autonomia e encontrar as melhores maneiras de seguir com cada projeto e também com as situações que fazem parte do cotidiano do grupo.

Nesse sentido, o modelo adotado pela Escola, vem ao encontro da prática da Gestão Democrática, estabelecida desde a Constituição de 1988 em no inciso VI do artigo 206 (BRASIL, 1988) e também a LDB (BRASIL, 1996) que faz referência direta a essa forma de gestão no inciso VIII do artigo 3º, que define os princípios com base nos quais será ministrado o ensino, fixa o da “gestão democrática [...]”. A segunda referência está posta em seu artigo 14, ao determinar que

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A partir da observação dos documentos da Escola Vittral, percebe-se que se trata de uma escola que além da gestão democrática, também desenvolve questões de autonomia, pois integra todos nas tomadas de decisões. Nesse sentido, Lück (2000) aponta que a gestão da escola não é um conjunto de ações apenas administrativas, mas prioritariamente pedagógicas. Assim, o coletivo das ações da escola precisa estar em sintonia com o planejamento coletivo, tornando-as eficientes.

Portanto, as atividades/projetos da escola precisam fazer sentido para os alunos e professores, e ter a participação da comunidade escolar para que com isso, o trabalho seja mais eficaz, superando o paradigma tradicional e conteudista presente no contexto escolar. Assim, baseada nas ideias de Sudbrack (2004) destaca-se que a educação atual necessita repensar a sua gestão educacional como um todo, na busca de uma melhor qualidade educacional, que priorize seus alunos, enfatizando a participação de todos.

O que se percebe no Modelo da Escola Vittral, é que a metodologia envolve os alunos com atividades inovadoras e criativas, alinhando conhecimentos à experimentos práticos ou aplicados à prática do dia a dia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanharmos toda a transitoriedade das políticas educacionais, percebemos que essas não estão dissociadas das transformações e revoluções pelas quais passam a nossa sociedade. A todo instante temos que estar atentos às mudanças, pois a escola é viva e não pode parar no tempo.

Se faz necessário, ir além do pensar e partir para o agir e sim, inovar e mostrar que é possível construir uma escola contemporânea, na qual cada aluno tenha uma aprendizagem visível e efetiva. Portanto, de acordo com Vasconcellos (2002) para a elaboração PPP é imprescindível considerar que tipo de sociedade queremos construir? Que tipo de sujeito queremos formar? Qual a finalidade que queremos para a escola? Qual o papel da escola na atualidade?

Portanto, a escola deve ter definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica cotidiana. Para alcançar tal objetivo, é necessário que o planejamento de todas as suas ações (PPP) sejam de forma coletiva e democrática, dando a todos que estão direta ou indiretamente ligados a escola, oportunidade de participarem da elaboração de um “projeto de vida”, de um projeto que irá afetar de forma positiva ou não os destinos de todos que por ele serão influenciados. Além disso, Arroyo (2000), salienta que a escola não é uma ilha isolada, do mundo, e sim, uma instituição presente na sociedade civil e como tal precisa estar em diálogo permanente com todos os segmentos escolares.

Segundo Libâneo (2012), o PPP deve ser construído em uma base de práticas participativas, no qual deve ser pensado, discutido e formulado coletivamente como forma de construção da autonomia da instituição, por meio da qual envolve-se toda a equipe nos processos de tomada de decisões sobre aspectos da organização escolar e pedagógico-curriculares. Neste sentido, o PPP tem a necessidade de expressar as reflexões e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, bem como às necessidades locais e específicas, caracterizando o cidadão que se pretende formar.

Em meio à tantas transformações, é possível que os profissionais da educação estejam vivendo um antagonismo entre a evolução e o retrocesso. Pois em pleno século XXI o mundo vive uma revolução cultural e tecnológica. Isso implica num constante repensar da educação. Há necessidade de revisões sobre a real função da educação e da escola, entre

tantas outras. Demanda também, o replanejamento da reorganização da dinâmica de ensino e aprendizagem, que deixa de ocorrer exclusivamente no interior da sala de aula.

A educação brasileira tem vivido uma época de desafios, tanto para professores quanto para seus alunos, por conta das inúmeras transformações na natureza da relação pedagógica, no papel formal, no acesso e na produção do conhecimento – na relação com o saber. Para Libâneo, o Brasil

vem implementando, desde os anos 90 do século XX, suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o país se moderniza, adquire as condições de inserção no mundo globalizado e, assim, se ajusta às exigências da globalização da economia. De todo modo, faz-se presente, em todas essas políticas, o discurso da modernização educativa, da diversificação da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino. (LIBÂNEO, 2012 p. 66)

Será inevitável tratar do desafio da Educação no século XXI, como o de reformular a prática escolar atual. Não será possível ter uma gestão à moda antiga em uma organização que necessite de novas demandas. Com a perspectiva da nova BNCC (BRASIL, 2017) prevista para ser implementada a partir de 2020, se faz necessário um repensar não apenas do PPP das escolas, mas também de seus currículos. Para que esses sejam efetivos, devem ser repensados os meios de socialização do conhecimento, pois a inovação e as tecnologias da informação e comunicação, farão parte desse processo. Em um mundo que passa por transformações diárias, a escola necessita elencar a relevância do que ensinar, pois a melhoria da qualidade do processo de ensino será verificada a partir dos melhores resultados da aprendizagem.

Percebe-se assim, a importância do papel dos professores e dos gestores das escolas, pois eles, juntamente com a comunidade escolar, são os que poderão construir e colocar em prática o Projeto Político Pedagógico da Escola. Pois é pautado nele que serão capazes de auxiliar os alunos (crianças e jovens) a desenvolver as habilidades e competências necessárias para o século XXI, para pensar o coletivo a partir de suas realidades, considerando as inovações e as tecnologias eminentes, fomentando uma educação de qualidade para todos, como o que está previsto em legislação – LBD, PNE e BNCC.

A Escola não pode ser vista como uma instituição reprodutivista e muitas vezes cerceadora de avanços numa perspectiva mais crítica. Ela não é neutra, portanto, toda ação desenvolvida prevê desencadear um processo contínuo de ação – reflexão – ação. Assim, o Projeto Político Pedagógico deve priorizar aspectos relevantes, como a avaliação com sentido libertador, pois a avaliação deve avaliar não apenas a quantidade de conhecimento adquirido,

mas, sobretudo a qualidade estabelecida através de critérios claros, pré-estabelecidos nos momentos de planejamento. Critérios que levem ao desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes e, sobretudo usar a avaliação como elemento questionador do trabalho realizado, pois essas são questões que caminham juntas.

Ao conhecer a Escola Vittral em Porto Alegre, fica evidenciado que a escola retrata o seu Projeto Político Pedagógico. Fulan (2000) aponta que a gestão escolar de qualidade se baseia em uma educação que priorize a participação, a gestão democrática, a tomada de decisão política administrativa, o diálogo entre todos os segmentos escolares para que ambos se inter-relacionem buscando visar uma melhor qualidade educacional.

É necessário coragem para inovar, sair da zona de conforto e trabalhar em condições de incerteza rumo a um sistema escolar mais conectado aos desafios e oportunidades desse século, principalmente quando se refere a escola pública. Pois uma educação voltada para realidade do aluno, voltada para suas necessidades, fazendo uso de diferentes recursos e tecnologias, também é um desafio para a educação pública, que passa por problemas como o sucateamento, a evasão escolar, um currículo por vezes inchado e desatualizado, com disciplinas demais para tempo de menos, baixa remuneração dos professores e, inadequação do ensino à vida, às expectativas e às necessidades dos jovens. No entanto, as escolas públicas podem, a partir de uma gestão democrática, pensar e implementar a partir de seus PPP's, elementos que possam desencadear mudanças frente aos desafios para uma educação e escola com qualidade, buscando parcerias junto aos pais e comunidade na qual está inserida.

Nessa linha de pensamento, é necessário pensar sempre a frente, pois o mundo para o qual a educação foi planejada não existe mais, e mesmo que fosse feita uma reforma no sistema de educação para se adaptar ao mundo atual, esse sistema já estaria parcialmente desatualizado quando os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental chegassem ao fim do ensino médio. Nesse sentido, se faz necessário um repensar periódico do Projeto Político Pedagógico da Escola, pois esse é o caminho, juntamente com o (re)fazer diário da Escola e do Professor.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. São Paulo: Loyola, 12. ed., 2007.

APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade?** Tradução Lilia Loman. Petrópolis: Vozes, 2017.

ARROYO, M. **O ofício de mestre: imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, J. L. de. Notas sobre a análise da gestão democrática da educação e da qualidade de ensino no contexto das políticas educativas. **RBP**AE. v. 27, n. 3, p. 365-588, set./dez, 2011.

BRASIL (2017). **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em 21 out. 2018.

BRASIL (2016). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação (2014 – 2024)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL (2013). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL (2001). Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação (2001 – 2010)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em 27 out. 2018.

BRASIL (1999). Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional Nível Técnico**. 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf). Acesso em: 21 out. 2018

BRASIL (1998). Parecer n. 15/98, de 1 de junho de 1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf). Acesso em 21 out. 2018.

BRASIL (1996). Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL (1993). **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf>. Acesso em 14 out. 2018.

BRASIL (1971). Lei N° 5.692, de 11 de Agosto de 1971. **Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRITO, Gleilcelene Neri de. **Fundamentos da Educação**. São Paulo: Cengage, 2017.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Educação para o Século XXI: O desafio da Qualidade e da Equidade**. Brasília: INEP, 1999.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FADEL, Charles; BIALIK, Maya & TRILLING, Bernie. **Educación em cuatro dimensiones: Las competencias que los estudiantes necesitan para su realización**: Centro de Innovación em Educación de Fundación Chile. Santiago de Chile, 2016.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **Políticas educacionais do estado do Paraná nas décadas de 80 e 90 : da prioridade à “Centralidade da Educação Básica”** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 18.ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra.1988.

\_\_\_\_\_. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Coleção Educação e Comunicação: v. 15. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

FULAN, M. **A escola como organização aprendente**: buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LIBÂNEO. Carlos; OLIVEIRA, João F. & TOSCHI, Mirza S. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, H. et al. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 4. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2000.

MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Trad. Edgar de Assis Carvalho, Marisa Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; GOUVEIA, Andrea Barbosa; ARAÚJO, Heleno (Organizadores). **Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024**. [Livro Eletrônico]. – Brasília: ANPAE, 2018. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/CadernoAnlisePNE.pdf>. Acesso em 20 out. 2018.

RESENDE, Lúcia Maria G. de. O Sujeito reflexivo no espaço da construção do projeto político pedagógico. In: VEIGA, I.& FONSECA, M. (org). **As Dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola**. 9 ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012. pp. 239-256.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2007, n.79, pp.71-94. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.

SUDBRACK, E.M. **Caderno pedagógico: Demitidos da escola, demitidos da vida – Algumas matrizes sobre fracasso escolar**. Frederico Westphalen: Litografia Pluma Ltda, 2004. UNESCO. Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>. Acesso em 27 out. 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico**. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico: Uma construção possível**. 29ª ed. Campinas, SP: Papyrus, p. 11-35, 2011.

VEIGA, Ilma Passos A. Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? In: **Cadernos Cedes**, vol. 23, nº 61, p. 267-281, dez. 2003.